

Cristovam liberou Operação Tornado

Anibal Person, ex-comandante da PM, diz na Justiça que ex-governador autorizou a trágica incursão na Estrutural

O coronel PM Anibal Person Neto confirmou ontem, em depoimento à juíza Sandra de Santis, do Tribunal do Júri, que a Operação Tornado, desencadeada na Estrutural em agosto de 1998 com um saldo de duas execuções e dezenas de feridos, fora autorizada pelo então governador, Cristovam Buarque, e seu secretário de Segurança, Roberto Aguiar. Hoje na reserva, Anibal Per-

son foi ouvido no processo sobre o caso, que ficou conhecido como Massacre da Estrutural. Person comandava a Polícia Militar na época do massacre.

Segundo o coronel Person, a operação estava prevista inicialmente para fazer o desarmamento em Ceilândia e Samambaia. Afirmou, também, que era contra a inclusão da Estrutural. Isso explica o fato de não ter comparecido

à reunião, no Comando de Policiamento, com o secretário Roberto Aguiar no dia da operação. Person foi representado pelo chefe do Estado-Maior, major Queiroz. Durante a Operação Tornado, foram executados Milton Sá e Luciano Pires Aquino, suspeitos de terem matado, dois dias antes, o policial militar Rubens Gomes de Farias. Roberto José dos Reis Filho, o Azul, pai adotivo de Milton, levou

um tiro na cabeça. A bala saiu no maxilar. Azul fingiu-se de morto e conseguiu escapar. Quando acordou, estava no Hospital de Sobradinho. A mulher dele, Reginal, espancada na mesma noite, morreu dois dias depois.

Anibal considerava um risco realizar a Operação Tornado também na Estrutural por falta de material adequado (lanternas, coletes à prova de balas e capacetes) e porque o

clima entre a população local e a Polícia Militar era tenso por causa do assassinato do policial Rubens, alvejado na cabeça quando participava de uma operação para identificar traficantes na invasão.

Ainda de acordo com o depoimento do coronel, o governador afirmou que realizou uma operação no local para tentar localizar o assassino. A operação foi até as 4h da manhã do dia 8 de agosto de 98.

Segundo o coronel Aníbal,

o ex-secretário de Segurança Roberto Aguiar teria dito que a operação deveria incluir a Estrutural para garantir a segurança das pessoas que viviam na invasão.

Ainda de acordo com o depoimento do coronel, o governador ao saber do risco da operação teria afirmado que "até porque um policial morreu" a Estrutural deveria ser incluída no mapa de operações.

Deputado reforça versão

O deputado distrital José Edmar (PMDB) também foi ouvido ontem e disse não ter dúvida de que a operação foi determinada por Cristovam Buarque e Roberto Aguiar. "A responsabilidade pelas mortes é de Cristovam e Roberto Aguiar", afirmou o parlamentar ao término do depoimento. Ele afirmou ter tomado conhecimento de que estava ocorrendo uma operação policial na invasão da Estrutural, por intermédio dos próprios moradores, que pediram socorro.

O parlamentar disse que se deslocou para a invasão, ao mesmo tempo queacionava a imprensa. Ficou reunido com moradores da invasão próximo ao local da operação. De

lá, ouviu tiros.

Edmar afirmou ainda ter procurado, em vão, promotores de Justiça que pudessem confirmar a legalidade da operação. Segundo ele, o então secretário de Segurança Pública, Roberto Aguiar, sabia o que estava ocorrendo.

O ex-governador Cristovam Buarque, atual ministro da Educação, já foi convocado para depor, mas ainda não marcou data.

Procurados pela equipe do *Jornal de Brasília*, tanto o ministro Cristovam Buarque quanto Roberto Aguiar, que trabalha na Unesco e presta consultoria ao MEC, informaram, por meio da assessoria de imprensa, que, no momento, não falarão sobre o assunto.

Secretário acompanhou

A Operação Tornado na problemática invasão da Estrutural foi planejada no dia 7 de agosto de 1998. O coronel Daniel de Souza Pinto, então comandante de Policiamento (dias depois, convidado por Cristovam, assumiu o Comando-Geral), recebeu vários telefonemas de Joselita Viana e Silva, chefe de Gabinete do secretário de Segurança Pública, Roberto Aguiar, recomendando o desencadeamento da operação.

Souza Pinto argumentou que o deslocamento da tropa necessitava de uma grande infra-estrutura de apoio, como ônibus para o transporte, e ele não dispunha dos recursos. No último telefonema, contou o coronel em entrevista ano passado, Joselita disse que mandaria os ônibus.

As 20h30, o secretário Roberto Aguiar chegou ao Quartel-Geral da PM, de onde acompanhou, junto com o coronel Souza Pinto, o desenrolar da operação. Estavam lá Joselita Viana; o diretor da Polícia Civil, Rosaldo Gomes de Oliveira; o secretário-adjunto de Segurança, Pedro Ribeiro Soares; e dois promotores de Justiça. O comandante da PM, coronel Aníbal Person, foi representado, nesta reunião, pelo major Queiroz, chefe do Estado-Maior.

"Ele não faria nada sem o conhecimento e aprovação do governador Cristovam Buarque"

Coronel Souza Pinto, sobre o secretário de Segurança, Roberto Aguiar

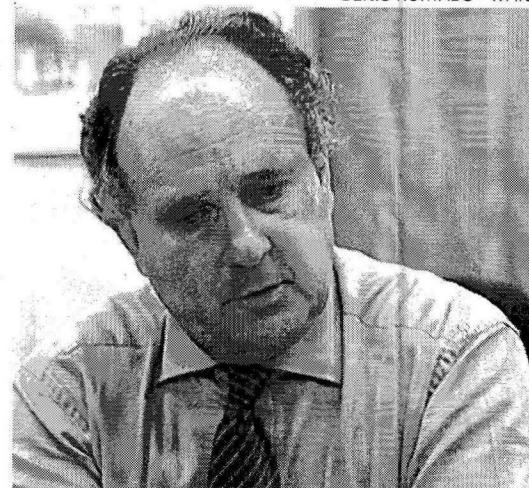
Às 22h30, o comandante da operação na Estrutural, major Luiz Henrique Fonseca Teixeira, entrou em contato com Souza Pinto, por telefone, dizendo que estava muito escuro e a tropa havia se dispersado.

Foi a partir deste momento que começou o massacre.

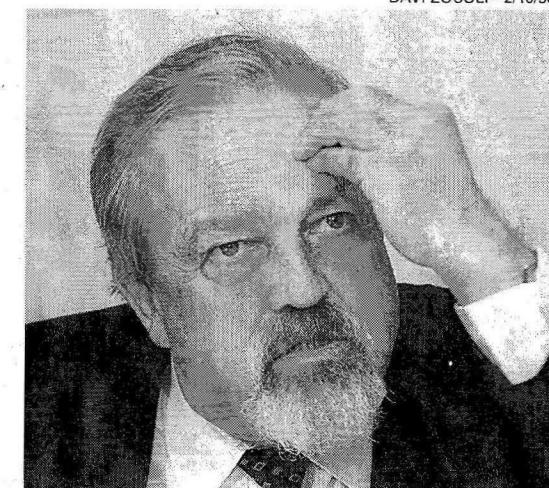
O advogado do coronel Souza Pinto, Lauro De Nadai, entende que a ordem partiu do ex-governador, "pois é dele a última palavra". A Estrutural era uma pedra no sapato de Cristovam Buarque e os altos índices de violência, uma montanha no caminho da sua reeleição.

Souza Pinto lembrou, na entrevista do ano passado, que Roberto Aguiar abriu e fechou a operação. "Era o superior das ações, o chefe, o comandante. E não faria nada sem o conhecimento e aprovação - do ex-governador Cristovam Buarque".

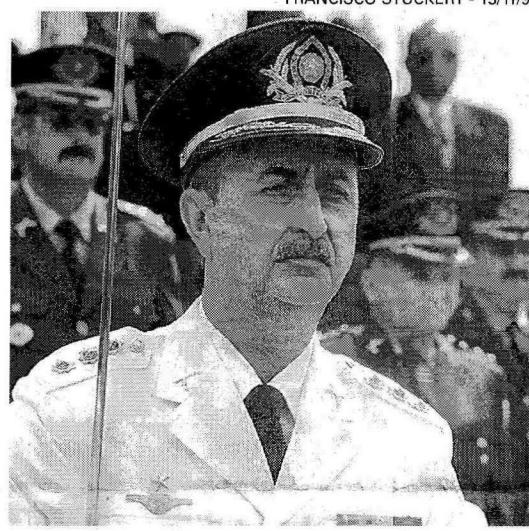
RICARDO MARQUES - 25/4/02



Cristovam Buarque, então governador, tentara, sem sucesso, remover os invasores



Roberto Aguiar, secretário de Segurança, acompanhou operação do QG da Polícia Militar



Aníbal Person comandava a PM na época do massacre. Ele era contrário à ação na Estrutural



José Edmar, também ouvido ontem, sempre culpou o governo da época pelo massacre



Flagrante da Rede Globo no dia da operação: policiais militares à paisana e com capuzes

Moradores resistiram à remoção

O massacre do dia 8 de agosto de 1998 foi o fecho de uma série de ações para demolir barracos e casas comerciais, principalmente madeireiras. Os moradores não se conformavam com a decisão do ex-governador Cristovam Buarque de removê-los para o Recanto das Emas e Riacho Fundo II.

Os moradores tinham um vídeo para provar que Cristovam Buarque prometera, na campanha de 1994, legalizar a invasão. O deputado José Edmar (PMDB), que sempre apoiou os moradores, lembra-se bem da promessa. "O ex-governador Cristovam garantiu dar todo apoio à Estrutural, mas voltou atrás para ceder o terreno a empresários", conta. No governo, a alegação era de que a invasão não poderia ser fixada por problemas ambientais. O deputado contesta: "Cristovam queria instalar empresas lá".

Um dos piores momentos da

Estrutural em 97, coincidentemente, foi dia 8 de agosto (exatamente um ano antes do massacre). Uma operação para apreender mercadorias e demolir madeireiras e supermercados irregulares terminou com 32 pessoas feridas e 51 presas. Dois

policiais também foram detidos porque esbofetearam um invasor quando ele já estava preso.

Após esse confronto, o ex-governador Cristovam Buarque reabriu negociação com os moradores, oferecendo 500 lotes para quem quisesse se transferir. Um mês antes, ele havia oferecido mil lotes, recusados pelos moradores. "É a segunda e última chance que estou dando", disse na época. Ao mesmo tempo garantia endure-

cer sempre que fosse necessário: "O nosso governo não é fraco. Quando for necessário, usaremos a força".

As constantes investidas policiais na Estrutural podem ter, na avaliação do deputado José Edmar, criado um sentimento de impunidade que culminou com o massacre do dia 8 de agosto de 98.

Só isso, diz o deputado, pode explicar tamanha ousadia do grupo de extermínio em executar duas pessoas, e tentar matar outra, no mesmo dia em que era desencadeada a Operação Tornado.

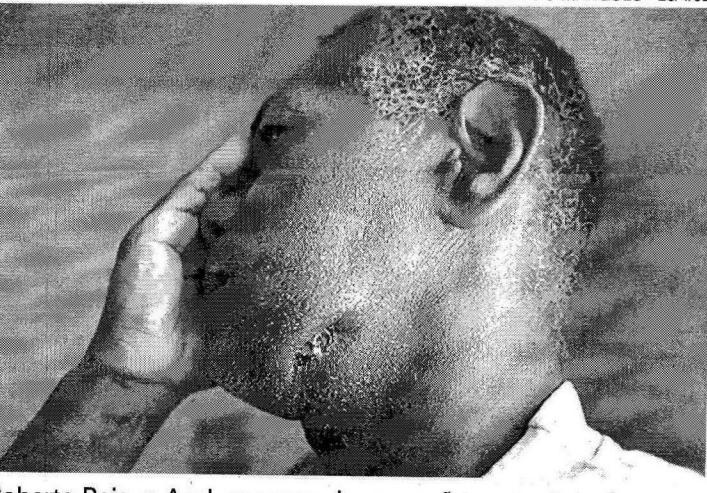
"É preciso lembrar que a operação estava sendo acompanhada por dois promotores de Justiça, o que torna a ação dos assassinos ainda mais ousa-

da", afirma o parlamentar.

José Edmar avalia que qualquer pessoa iria ligar as execuções à operação da PM. "Agraram tão certos da impunidade que nem se importaram com as filmagens de TV, que flagraram os policiais conduzindo o Azul (Roberto José dos Reis), que levou um tiro na cabeça, fingiu-se de morto e escapou da morte", afirma o deputado.

Segundo Edmar, se o governo de Cristovam o tivesse ouvido não teria corrido sangue na Estrutural. Ele conta que por diversas vezes procurou o ex-governador Cristovam para alertá-lo sobre o perigo de uma tragédia e pedir moderação.

Ele se diz convencido de que todas as ações policiais na Estrutural eram de pleno conhecimento do governo. Ilustra esta certeza com a criação da Administração Militar na invasão. "Ao invés de conter os ânimos, o governo mandou a PM para lá", disse.



Roberto Reis, o Azul, escapou da execução e apontou algôezes